



O ENEM “prova” que não sabemos quem somos!

Cláudia Aparecida Cesar Rezende¹

INTRODUÇÃO

De acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)², a população do Brasil atingiu 212,6 milhões de habitantes em 2024. Essa população é marcada por uma rica diversidade étnica e cultural, resultado de séculos de miscigenação entre povos indígenas, africanos, europeus e asiáticos. Segundo o Censo de 2022, a composição racial do país é a seguinte: 55,51% Negros e pardos, 43,46% Brancos, 0,60% Indígenas e 0,42% Asiáticos.

Esses dados mostram um país com mais de 60% de sua população formada por pessoas negras, pardas e indígenas, de forma que o tema proposto foi falar sobre a identidade do país em que todos vivemos, fator relevante para a elaboração de uma boa escrita. Sabemos que é preciso equilíbrio entre conhecimento, estratégia argumentativa e domínio da linguagem, no entanto, entre esse três pilares para a construção de uma boa redação, o domínio do tema tem grande peso, pois não é possível escrever sobre o que não se conhece.

¹ Mestranda no programa de pós-graduação em Ensino e História das Ciências e da Matemática (UFABC), Pesquisadora dos Grupos: Educação em Direitos Humanos / Linha de pesquisa Africanidades, mulheres e Educação Antirracista nas infâncias (UFABC), Pesquisas em Tendências na Educação Matemática (UFABC). Docente da Rede Municipal de Educação de São Paulo. Especialista em Educação em Direitos Humanos (UFABC), Letramento; Literatura Infantil; Apresenta extensão universitária em Direito e Questões Raciais pela Escola Paulista de Magistratura; Atuei em diferentes etapas da educação básica da rede Municipal de São Paulo. Integrante do comitê de análise do acervo literário para as escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e EJA do Município de São Paulo. Compus grupo de estudos que culminou na escrita do documento Currículo da Cidade Educação Infantil. Contribui com relatos de práticas para elaboração do documento: Normativa de registros na Educação Infantil do Município de São Paulo. Coautora do livro que reflete sobre a escola frente à pandemia. Integrante de Grupo de cultura popular de Maracatu da cidade de São Paulo que estuda e proporciona além do exercício da cultura em si, apresentações em escolas e equipamentos públicos, diálogos formativos com educadores formais e não formais. Integrante de grupo de trabalho que estuda e pesquisa a literatura para as infâncias na rede municipal de ensino da cidade de São Paulo. Formadora, Palestrante e mediadora em temas que envolvem as áreas da Educação, Educação em, com e para os Direitos Humanos, Arte, Literatura e Cultura.

² O IBGE é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que fornece dados e informações sobre o Brasil. É a principal fonte de dados do país, atendendo a demandas da sociedade e dos órgãos do governo.



No Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)³ de 2024, observou-se uma queda significativa no número de redações que alcançaram a nota máxima: apenas 12, em comparação com 60 no ano anterior. O tema da redação, "Desafios para a valorização da herança africana no Brasil", exigia dos candidatos uma reflexão profunda sobre a identidade nacional e o reconhecimento das contribuições africanas na formação da sociedade brasileira.

A Lei nº 10.639, de 2003⁴ tornou obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas, no entanto, mais de 20 anos após sua promulgação, sua implementação ainda exígua em muitos lugares e falha em grande parte do país. “Lei 10639 sobre ensino de história e cultura brasileira não é cumprida em 71% dos municípios brasileiros, aponta pesquisa de Geledés e Instituto Alana” (ALANA, 2023)

A ausência de uma educação que valorize a herança africana é em um país como o Brasil é uma opção alienante e impacta diretamente no desempenho dos estudantes em temas relacionados, como evidenciado no ENEM 2024. Sem o devido conhecimento e reconhecimento das influências africanas na cultura, economia e sociedade brasileiras, os alunos enfrentam dificuldades em articular argumentos e análises aprofundadas sobre o assunto, em outras palavras não conseguem falar sobre suas próprias histórias.

Reconhecer e valorizar a herança africana é fundamental para a construção de uma identidade nacional inclusiva e para a promoção de uma educação antirracista. A plena aplicação da Lei nº 10.639/2003 é essencial para garantir que as futuras gerações compreendam e apreciem a diversidade que compõe o Brasil, refletindo-se em um melhor desempenho acadêmico e em uma sociedade mais justa e igualitária.

Essa legislação é um marco essencial para a formação de uma sociedade mais consciente, crítica e plural e representa um passo em direção à construção das

³ Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é uma avaliação de desempenho dos estudantes no final do ensino básico. Aplicado pelo Ministério da Educação (MEC) e organizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), O Enem é uma porta de entrada para o ensino superior, podendo ser usado para ingresso em universidades públicas e privadas do Brasil, além de ser válido também para acessar instituições de ensino superior em Portugal.

⁴ Lei Nº10639 de 09 de janeiro de 2003- Altera a Lei nº9394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.



necessárias reparações acerca do apagamento deliberado de memórias, identidades e saberes. Ao incluir nos currículos escolares o legado africano e a luta dos povos negros, a lei promove a observação de novas perspectivas históricas capazes de ampliar reflexões para constatar e reconhecer as inúmeras e essenciais contribuições históricas, culturais, artísticas e científicas que nos tornam quem somos, mas que foram e ainda são sistematicamente marginalizadas.

QUEM SOMOS?

A constituição histórica da sociedade brasileira está profundamente marcada pelos processos de colonização, escravização e patriarcado, que moldaram desigualdades estruturais. O Brasil, forjado como um projeto de dominação e exploração, carrega em sua história violências e opressões e, conforme o que aponta os resultados do ENEM 2024, segue reforçando o apagamento sistemático de memórias e saberes perpetuando a marginalização das populações negras e indígenas, distanciando os brasileiros de suas raízes e de uma compreensão plena sobre quem somos enquanto nação.

No Brasil e na América Latina, a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana, que no Brasil chegou até às últimas consequências. (CARNEIRO, 2019, p.313).

Diante das desigualdades sobre as quais nossa sociedade se formou, conhecer a herança africana reconhecendo os saberes africanos e afro-brasileiros se fundamenta como ato de resistência e de construção e reconstrução da identidade. Sueli Carneiro aponta que o racismo opera como uma estratégia para desumanizar os corpos negros, deslegitimando suas histórias e contribuições.

Reconhecer a cultura afro-brasileira, portanto, não é apenas uma reparação histórica, mas também um caminho para construir um Brasil



mais igualitário e plural. As escolas de samba, terreiros de candomblé, espaços de reunião dos movimentos negros e de mulheres negras, saraus, slams e encontros de hip-hop e funk propiciam uma formação baseada na transmissão de saberes que preservam nossa memória coletiva afro-brasileira e diaspórica. São desses elementos que recuperamos a autoestima intelectual, desenvolvemos a autonomia de pensamento e extraímos a seiva da resistência (CARNEIRO, 2023, p.308).

O desconhecimento da própria identidade e da herança cultural é um terreno fértil para a alienação e a perpetuação de desigualdades. A ausência do vínculo com a ancestralidade, especialmente no Brasil, onde a população afrodescendente é majoritária, contribui para a reprodução de narrativas que invisibilizam as contribuições africanas e afro-brasileiras na formação da sociedade, construindo identidades artificializadas e desenraizadas.

Neste sentido, o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana é de imperiosa relevância pois atua como um antídoto contra o que Chimamanda Ngozi Adichie denuncia como a "História Única". Adichie a partir da observação da própria experiência de vida alerta que reduzir povos e culturas a uma única narrativa cria estereótipos, desumanizando e silenciando as suas complexidades.

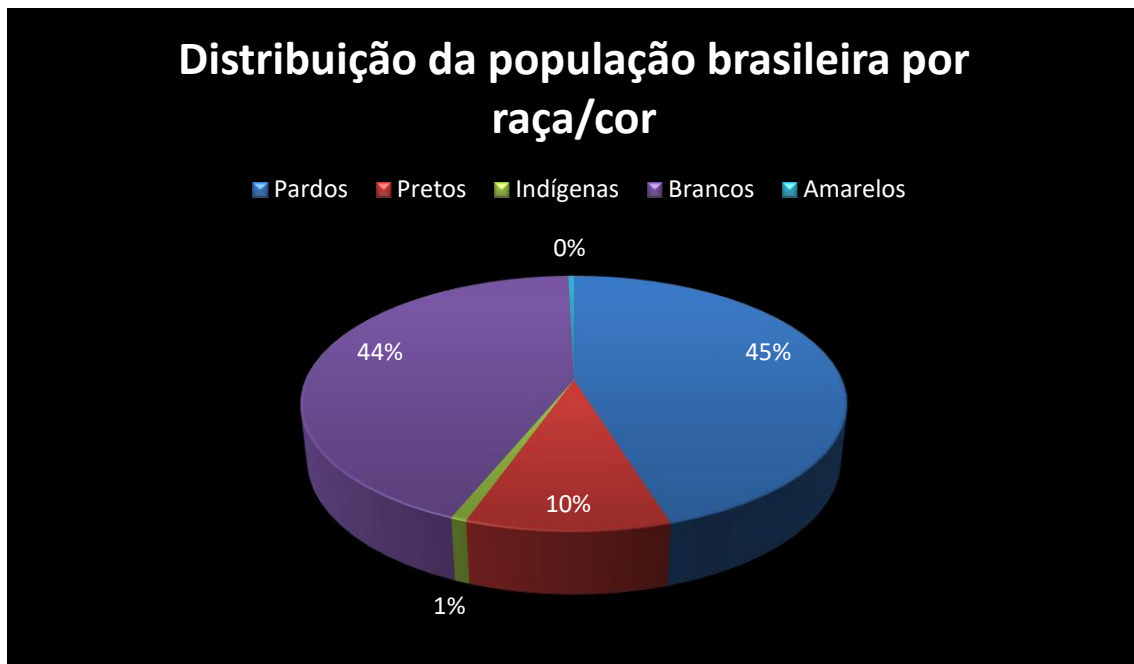
Havia histórias infundáveis sobre pessoas que fraudavam o sistema de saúde, passavam clandestinamente pela fronteira ou eram presas ali, esse tipo de coisa. Eu me lembro de sair para passear no meu primeiro dia em Guadalajara e ver as pessoas indo para o trabalho, fazendo tortilhas no mercado, fumando, rindo. Primeiro senti uma leve surpresa, e então fui tomada pela vergonha. Percebi que tinha estado tão mergulhada na cobertura da mídia sobre os mexicanos que eles haviam se tornado uma só coisa na minha mente: o imigrante abjeto. Eu tinha acreditado na história única dos mexicanos e fiquei morrendo de vergonha daquilo. É assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna. (ADICHIE, 2019, p. .21-22).

No caso brasileiro, a “história única” imposta pela elite branca silencia as vozes negras e invisibiliza seus feitos e contribuições para a construção do país. Sueli Carneiro, enfatiza ainda que o racismo estrutural atua como uma força que desvaloriza a herança africana, relegando-a ao campo do folclore ou da marginalidade, em vez de



reconhecê-la como pilar da identidade nacional. Nas concepções da filósofa e escritora brasileira, o racismo emerge como um dispositivo de poder nas sociedades multirraciais de passado escravocrata, nas quais “se amalgamam as contradições de raça e classe” (Carneiro, 2023, p. 58). Observemos a distribuição da população brasileira:

Gráfico 1- Distribuição da população classificadas por categorias separadas.



Fonte: Produzido pela autora a partir de dados do Censo IBGE 2022

A importância dos saberes africanos vai além de uma questão histórica; trata-se de compreender valores culturais que se opõem à lógica colonial. Para o líder quilombola, Antônio Bispo dos Santos, em sua defesa das epistemologias indígenas e africanas, denuncia como a modernidade ocidental impôs modos de pensar e viver que desconsideram a coletividade, a ancestralidade e a relação harmoniosa com a natureza.

A cidade é um território artificializado, humanizado. A cidade é um território arquitetado exclusivamente para os humanos. Os humanos excluíram todas as possibilidades de outras vidas na cidade. Qualquer outra vida que tenta existir na cidade é destruída. Se existe, é graças à força do orgânico, não porque os humanos queiram. (BISPO, 2023, p. 18).



A identidade de um povo não se sustenta sem suas raízes. Bispo evidencia a força dos saberes ancestrais ao apontar que a memória coletiva dos povos africanos e indígenas é um contraponto aos sistemas hegemônicos de conhecimento. Esses saberes, que articulam espiritualidade, territorialidade e coletividade, rompem com a lógica eurocêntrica que fragmenta o ser humano e o separa de sua terra, de sua história e de sua própria humanidade. O autor propõe reflexões aprofundadas para romper com o colonial, afirma que é necessário ir além do decolonial, propõe o contracolonial. Apresentando os saberes quilombolas de integralidade da pessoa e da natureza.

O contracolonialismo praticados pelos africanos vem desde a África. É um modo de vida que ninguém tinha nomeado. Podemos falar do modo de vida indígena, do modo de vida quilombola, do modo de vida banto, do modo de vida iorubá. Seria simples dizer assim. Mas se dissermos assim, não enfraqueceremos o colonialismo. Trouxemos a palavra contracolonialismo para enfraquecer o colonialismo. Já que o referencial de um extremo é o outro, tomamos o próprio colonialismo. Criamos um antídoto: estamos tirando o veneno do colonialismo para transformá-lo em um veneno contra ele próprio. (BISPO, 2023, p. 58).

De forma semelhante, Ailton Krenak nos desafia a questionar a ideia de progresso linear e a reverenciar a sabedoria dos povos que cultivam uma relação de cuidado com o planeta. Essas perspectivas se tornam ainda mais significativas quando entendemos que as cosmovisões africanas e indígenas podem oferecer caminhos para superar, por exemplo, as crises socioambientais contemporâneas.

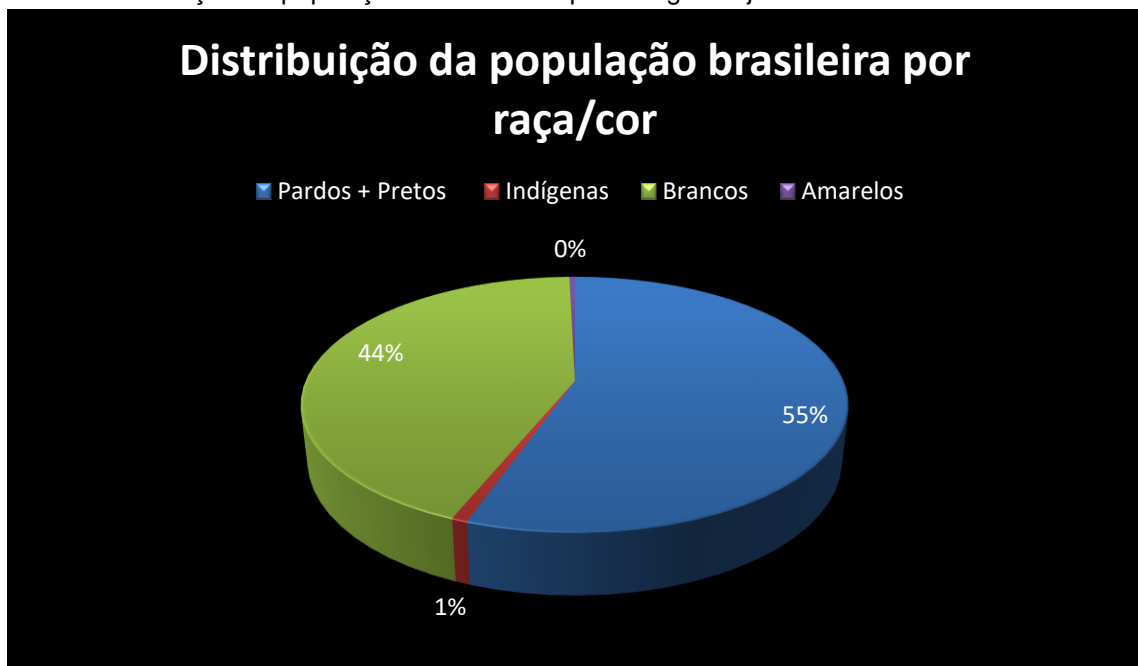
Enquanto isso, a humanidade vai sendo descolada de uma maneira tão absoluta desse organismo que é a terra. Os únicos núcleos que ainda consideram que precisam ficar agarrados nessa terra são aqueles que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia ou na América Latina. São caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes – a sub-humanidade. (KRENAK, 2020, p. 21).

A Lei nº 10.639/2003, já citada anteriormente, se mostra como uma conquista nesse sentido. Atendendo ao que preconiza essa lei, a escola se torna palco privilegiado para a proposição das reflexões necessárias sobre a identidade do nosso país. Contudo, a



efetividade dessa lei, embora já tenhamos completado mais de duas décadas desde a sua promulgação, ainda enfrenta desafios, como o racismo institucional e a falta de formação adequada dos educadores.

Gráfico 2- Distribuição da população classificadas por categorias juntando Pardos e Pretos



Produzido pela autora a partir de dados do Censo IBGE 2022

Em suas reflexões sobre o "amefricanismo", Lélia Gonzalez afirma que a experiência afro-diaspórica no Brasil deve ser vista como parte de um processo contínuo de resistência e criação. Reconhecer os valores culturais africanos, como a oralidade, a solidariedade e a valorização do coletivo, é fundamental para combater as marcas da colonização e construir uma sociedade mais justa. Entretanto não basta que esse reconhecimento seja apenas simbólico: ele deve estar presente na educação, na política e na economia. A intelectual, ativista e professora defendia a educação como um espaço estratégico para combater o racismo e promover o empoderamento das populações negras. Segundo ela, o conteúdo ensinado nas escolas carece de descolonização:

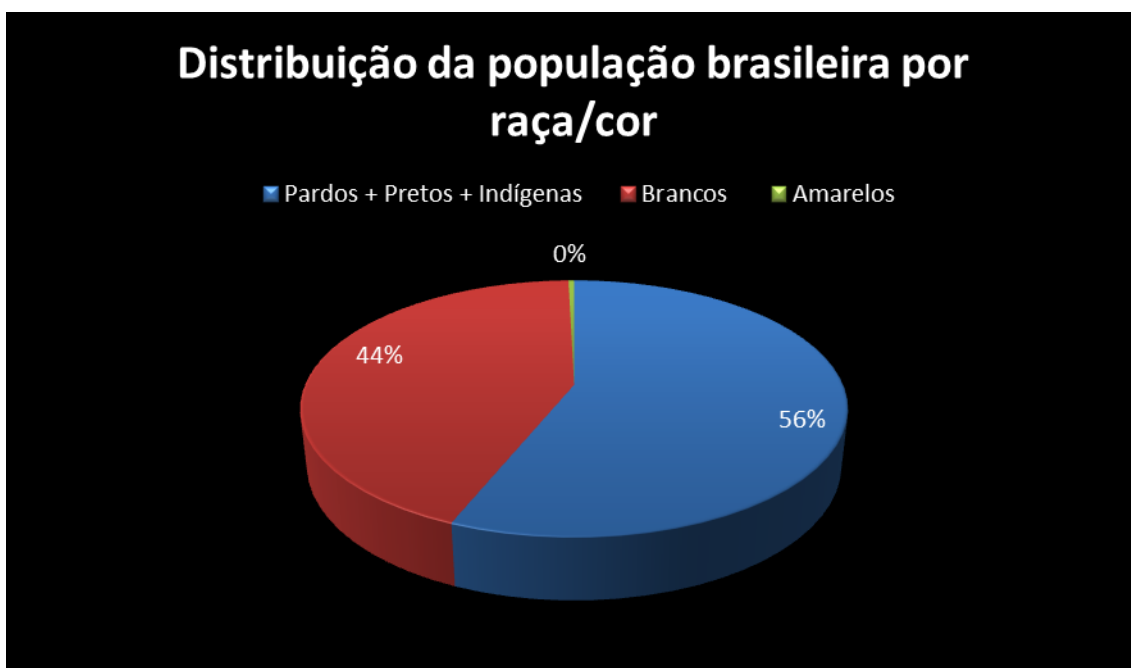
O discurso pedagógico internalizado por nossas crianças, afirmam que a história do nosso povo é um modelo de soluções pacíficas para todas as tensões e conflitos que nela tenham surgido. Por aí pode-se



imaginar o tipo de estereótipos difundidos a respeito do negro: passividade, infantilidade, incapacidade intelectual, aceitação tranquila da escravidão etc. [...] Assim como a história do povo brasileiro foi outra, o mesmo acontece com o povo negro, especialmente. Ele sempre buscou formas de resistência contra a situação sub-humana em que foi lançado (GONZALEZ, 1982, p. 90).

Assim, compreender a identidade e a história da população brasileira é fundamental para desconstruir estereótipos e reconhecer a diversidade das experiências que moldaram o país.

Gráfico 3- Distribuição da população classificadas por categorias juntando Pardos, Pretos e Indígenas (Populações afetadas pelo apagamento de suas histórias)



Fonte: Produzido pela autora a partir de dados do Censo IBGE 2022.

O discurso pedagógico tradicional vem silenciando e distorcendo o capítulo da história acerca da resistência negra, perpetuando uma visão romantizada da história nacional. No entanto, a trajetória do povo negro no Brasil é marcada por inúmeras formas de luta, desde os quilombos até os movimentos contemporâneos por igualdade. Ao fazer ecoar essas narrativas, fortalece-se a construção de uma sociedade mais justa, que reconhece e respeita as inúmeras contribuições, cultura e conhecimentos dos



negros na formação do Brasil. Encerrar um capítulo do tema sobre quem somos, significa reafirmar a necessidade de um ensino crítico e inclusivo, capaz de promover uma memória histórica mais fiel à realidade e ao protagonismo diverso na construção do país.

O PAPEL DA ESCOLA

O Brasil desenvolveu uma Base Comum Curricular, a BNCC⁵. Um compromisso com a qualidade da educação e com a formação de cidadãos preparados para os desafios do século XXI. Esse documento possui uma concepção pedagógica de educação integral, que considera o desenvolvimento do ser humano em todas as suas dimensões. Com seu caráter humanista a BNCC tem entre seus objetivos reduzir as desigualdades educacionais e busca valorizar a diversidade e reconhecer a idiossincrasia do estudante, acenando portanto para a valorização da diversidade que compõe a sociedade.

A perspectiva pedagógica de bell hooks alinhada à pedagogia de Paulo Freire, a concepção Freire-hookiana oferece uma base para transformar a educação em um espaço libertador. Essa pedagogia reconhece a importância dos saberes situados, valorizando o diálogo, permitindo que as vozes historicamente silenciadas sejam protagonistas no processo educativo, ou seja, uma proposta de educação focada nas pessoas considerando suas narrativas, suas vivências, experiências emoções e sentidos, aspectos essenciais para uma educação emancipatória.

Apesar de o multiculturalismo estar atualmente em foco em nossa sociedade, especialmente na educação, não há, nem de longe, discussões práticas suficientes acerca de como o contexto da sala de aula pode ser transformado de modo a fazer do aprendizado uma experiência de inclusão. Para que o esforço de respeitar e honrar a realidade social e a experiência de grupos não brancos possa se refletir num processo pedagógico, nós, como professores – em todos os níveis, do ensino fundamental à universidade - temos de reconhecer

⁵ A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que define as aprendizagens essenciais que os alunos devem desenvolver na Educação Básica. A BNCC é um documento normativo que orienta a elaboração dos currículos escolares em todo o território nacional.



que o nosso estilo de ensino tem que mudar. Vamos encarar a realidade: a maioria de nós frequentamos escolas onde o estilo de ensino refletia a noção de uma única forma de pensamento e experiência a qual éramos encorajados a crer que fosse universal. (hooks, 2024, p. 45).

Como lembra a pesquisadora Nilma Gomes (2012), é sabido que a escola, enquanto instituição social responsável pela organização, transmissão e socialização do conhecimento e da cultura, revela-se como um dos espaços em que as representações negativas sobre o negro são difundidas. Por isso mesmo ela é fundamental para a mobilização de novas subjetividades, onde a produção do conhecimento possa ser descolonizada e as representações negativas sobre a população negra, enfim, discutidas de forma mais aprofundada e superadas. Para isso, é preciso propor outras referências, narrativas e protagonismos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecer e valorizar a herança africana e os saberes afro-brasileiros é essencial para compreender a formação da identidade brasileira, que é resultado de uma vasta complexidade de encontros.

Desconsiderar ou tergiversar sobre o assunto nos coloca diante do perigo de não saber quem somos. É permanecer presos a uma identidade incompleta, construída a partir de silenciamentos, do esquecimento e do enfraquecimento de nossas verdadeiras raízes.

Ao rejeitarmos a “história única” imposta pela colonialidade, abraçamos a multiplicidade de narrativas que nos compõem, fortalecendo valores de solidariedade, coletividade e justiça social.

A cultura afro-brasileira influenciou nossa língua, culinária, religiosidade, música, dança, literatura e formas de resistência social. Ignorar essa contribuição significa contar uma história enviesada e distorcida do Brasil.

A falta de reconhecimento dessa herança referenda o apagamento histórico e a perpetuação do racismo estrutural. Quando um povo não conhece suas raízes, ele perde



o senso de pertencimento e identidade, tornando-se vulnerabilizado pelas narrativas que privilegiam apenas um grupo social. Esse estado, nos encaminha para a alienação cultural, à desvalorização da própria história e ao enfraquecimento da luta por equidade e igualdade.

Esse modo de ser e de fazer, deve estar, nas famílias, nas relações sociais de modo geral, nas mídias sociais e televisivas, mas é na escola palco privilegiado de formação que o compromisso com a história e com a formação dos cidadãos é uma tarefa inescapável e inegociável desde a educação infantil à pós-graduação.

Longe de acalentar a hollywoodiana ideia de que há um herói para nos salvar ou de que uma única receita, poção mágica ou fórmula secreta resolverá todos os problemas que vivemos hoje, convidamos então para a refletirmos sobre o desafio de construirmos na escola o “saber quem somos”. Conhecer, entender, valorizar e vivenciar a cultura oriunda da herança histórica africana e dos povos originários do Brasil, certamente contribuirão para repensarmos o status quo. Cada um dos autores em que nos apoiamos neste texto, apontam caminhos para equacionar problemas complexos que dizem respeito à nossa identidade, natureza, território, arquitetura, vidas, emoção, alimentação e saúde.

REFERÊNCIAS:

BISPO, Antônio dos Santos. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

BRASIL. <https://alana.org.br/lei-10639-ensino/> Lei 10639/03 A Atuação das Secretarias Municipais de Educação no Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira

CARNEIRO, Sueli. Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. Currículo sem fronteiras, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.



GONZALEZ, Lélia. O movimento negro na última década. In: Lugar de negro. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

hooks, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. 3ªed. São Paulo: WMFMartins Fontes, 2024

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais. (Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero- Sueli Carneiro) Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.